

O ensino superior brasileiro nos anos de ditadura: a reforma universitária e a revista de cultura da UFPE (1964-1968)

Dimas Brasileiro Veras

IFPB – dimasveras@hotmail.com

RESUMO

Este artigo investiga o ensino superior brasileiro nos primeiros anos do regime militar-civil no Brasil (1964–1968). Para isso analisaram-se os processos normativos de modernização da universidade brasileira e uma série de ensaios sobre a reforma universitária publicados na revista Estudos Universitários (1966–1968). A pesquisa histórica elucidou questões referentes à normatização das práticas acadêmicas e aos conflitos da comunidade universitária no quadro da ditadura no Brasil.

Palavras-chave: Ensino Superior. Ditadura. Reforma Universitária.

ABSTRACT

This article investigates the Brazilian higher education in the early years of the civil military regime in Brazil (1964–1968). For this purpose we have analyzed the normative processes of modernization of Brazilian university and a number of essays on university reform published in Estudos Universitários magazine (1966–1969). Historical research has elucidated issues relating to standards of academic practices and conflicts of the university community in the context of dictatorship in Brazil.

Keywords: Higher Education. Dictatorship. University Reform.

1 Introdução

Este artigo investiga as transformações do ensino superior brasileiro na primeira década do regime militar instalado em 1964.

Para compreender a política de educação superior da ditadura, buscou-se analisar a lei de reforma universitária nº 5.540/1968, bem como os processos normativos que a antecederam, e como se davam ou não as práticas de ensino, pesquisa e extensão.

A presente pesquisa foi, dessa forma, articulada à investigação da história da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) a partir dos artigos temáticos sobre a reforma universitária publicados na revista *Estudos Universitários* entre os anos de 1966 e 1969.

O campo educacional brasileiro ficou marcado, no período abordado, pela tentativa de expansão e de adaptação à crescente urbanização e industrialização do país. Era, pois, necessário modernizar e democratizar a escola pública. Nada obstante, parte significativa dos investimentos foram destinados à educação privada (ROMANELLI, 1999).

No âmbito da educação superior, ao qual se limita este trabalho, esses processos se deram a partir do expurgo de educadores ditos subversivos e da reestruturação física e administrativa das instituições de ensino superior, centrada sobretudo na oferta de novos cursos e vagas.

É importante ressaltar que a formação do campo universitário brasileiro se dera nos anos 1940, a partir da aglutinação das escolas e das faculdades, cujas matrizes remontavam ao século XIX. Esses processos se deram transversalmente à adaptação dos projetos, das relações de poder e das estruturas materiais e humanas das antigas instituições escolares (VERAS, 2012).

Diante desse quadro de defasagem, a reforma universitária se consolidou, nos anos que circundaram o golpe, como foco de reivindicação e de mobilização estudantil, de tal modo que sua pauta passou a compor o conjunto de reformas de base defendido pouco antes da deposição do então presidente João Goulart (1919–1976).

Embora os golpistas tenham doravante centralizado a modernização numa perspectiva autoritária e conservadora (MOTTA, 2014a, 2014b), as mobilizações sociais e os projetos alternativos para a educação brasileira não ficaram absolutamente ao largo desse processo. A historiografia tem destacado que o golpe não liquidou a cultura política de esquer-

da nas metrópoles nacionais (RIDENTI, 2000, 2010; SCHWARZ, 1992).

Este artigo analisa, portanto, os principais dispositivos que nortearam a produção da lei de reforma universitária nº 5.540/1968. Nesse sentido, pesquisas como as de Paulo Rosas (1992), de Luiz Antônio Cunha (2007) e de Rodrigo Motta (2014a, 2014b) enfatizam o efeito modernizante e autocrático da ditadura nas universidades.

2 Material e métodos

Por questões metodológicas, a análise e a pesquisa da documentação acadêmica, do arquivo hemerográfico e do arquivo institucional concentraram-se no conjunto de normas e de relatórios temáticos da reforma universitária, assim como na revista *Estudos Universitários*, revista de cultura da UFPE.

A escolha da *Estudos Universitários* justifica-se pelo debate permanente que a revista concentrou sobre a reforma universitária, bem como pelo fato de ela congregar professores, pesquisadores, estudantes e outros colaboradores da comunidade universitária.

Os documentos foram comparados e correlacionados a partir dos princípios metodológicos da história, de tal modo que compusessem uma série representativa da reforma universitária e de seus processos. Ao longo da investigação, buscou-se conhecer a fundo os conteúdos e das expressões dos documentos, de suas características, de suas funções, de seus responsáveis e de seus colaboradores.

Vale salientar que a bibliografia sobre o golpe civil-militar de 1964 é significativamente vasta. Sobre esta, pode-se começar citando os trabalhos de Argelina Figueiredo (1993) e de Jorge Ferreira (2003), cujas linhas de interpretação estão próximas.

Ambos se caracterizam por uma leitura na qual, para entender a crise que circunda o golpe, enfatiza-se menos a estrutura socioeconômica do que a conjuntura histórica e os embates políticos da época. Essa perspectiva tende a sublinhar os conflitos travados pela esquerda e pela direita em torno das reformas de base e da democracia.

Os autores apontam que a historiografia sobre 1964 destaca, paradoxalmente, explicações estruturais e personalistas, embora as relações de força que condicionaram o movimento civil-militar de 1964 estejam mais relacionadas à radicalização política do período e à perda da governabilidade.

O trabalho de Jorge Ferreira, ademais, traz novos elementos para o estudo do governo Goulart. Em

trabalho mais recente, Jorge Ferreira e Ângela de Castro Gomes (2014) buscam compreender o golpe a partir de uma abordagem da história política e dos processos que condicionaram o movimento de 1964. Os eventos e os personagens compõem a trama de um “passado sensível; um passado que ainda não passou” (p. 19).

Outro pesquisador importante do tema é o historiador Carlos Fico, cujas pesquisas ficaram marcadas pelo uso de fontes inéditas disponibilizadas ao longo dos anos pelo governo americano. É assim que o autor traça novas perspectivas sobre o tema (2004, 2008). A documentação inédita salientou a relação Estados Unidos e Brasil (Operação Brother Sam), o papel das lideranças militares aliadas a setores da sociedade civil, bem como as táticas de espionagem e de atuação da polícia política que compunham a chamada “comunidade de informações”.

O autor destaca, por outro lado, como as relações de forças lideradas pelos militares favoreceram um processo que aponta menos para conspiração do que para desestabilização e desqualificação do governo democrático. Há, além disso, em seus trabalhos uma preocupação metodológica em analisar o golpe e seus desdobramentos, tendo em vista a memória, a história e o esquecimento.

Ademais, outros estudos têm apontado para as multiplicidades e os agenciamentos atuantes nos anos que circundam o golpe. Por exemplo, as pesquisas do historiador Antônio Torres Montenegro analisam a produção de medo por parte das forças conservadoras, assim como a experiência e as expectativas históricas vivenciadas pela complexa teia dos atores imersos nos conflitos da época: camponeses, sindicatos rurais, ligas camponesas, policiais, militares, educadores, padres, pastores (2010, 2013).

Seus estudos atêm-se, além do mais, ao debate metodológico sobre o uso dos relatos orais, dos jornais, da documentação do Departamento de Ordem Política e Social de Pernambuco (Dops-PE) e de processos trabalhistas enquanto vestígios que possibilitam explorar a pluralidade dos tempos históricos, as lutas políticas, as redes de compromisso, os antagonismos sociais e as múltiplas formas de narrativa histórica.

No livro “Direita, volver” (2004), Fernando Coelho analisa as memórias e a história do golpe de 1964 em Pernambuco. O atual coordenador da Comissão Estadual da Memória e da Verdade Dom Helder Câmara sublinha as teias de relações locais e nacionais

e apresenta documentação importante sobre os processos que marcaram o evento no estado.

As publicações organizadas por Daniel Aarão Reis destacam igualmente a participação de amplos segmentos da população no golpe civil-militar, a proposta de uma nova cronologia para a ditadura (1964–1979), os impasses da transição e o modelo explicativo a partir da cultura política do “nacional-esstatismo” (2004, 2014).

Há, por outro lado, as pesquisas de Marcelo Ridenti sobre cultura, política e a luta armada nos anos de chumbo (2000, 2010). Seus trabalhos são igualmente importantes pelo mapeamento da produção cultural e intelectual daqueles anos e pela análise das relações entre os atores sociais, grupos e instituições enquanto arregimentação de utopias e projetos contra a ordem estabelecida pelo golpe.

Aarão Reis e Ridenti organizam com Rodrigo Patto Sá Motta uma coletânea de estudos sobre a modernização conservadora e autoritária implantada pelos militares brasileiros e seus aliados civis. Dentre os trabalhos reunidos, o apresentado por Sá Motta, “A modernização autoritário-conservadora nas universidades e a influência da cultura política” (2014a), reforça a hipótese aqui apresentada sobre a linha política autocrática que orientou a reforma universitária de 1968.

O historiador pensa como o campo acadêmico se conectou ao projeto “modernizador autoritário-conservador” e se inseriu nas estratégias, nas negociações, nas acomodações, enfim, nas políticas para conquista da legitimidade militar e civil a partir da cooptação e da desmobilização social. Esses jogos de acomodação e os antecedentes da reforma são apresentados também pelo historiador no livro “As universidades e o regime militar” (MOTTA, 2014b) e serão retomados ao longo do artigo.

Trabalhos anteriores como os de Paulo Rosas (1992) e de Luiz Antônio Cunha (2007) descrevem igualmente os retrocessos e os avanços alicerçados em uma lei de reforma universitária modernizante e autoritária. Os pontos da reforma serão retomados ao longo deste trabalho.

Esta seção estaria incompleta sem a devida referência à tese de René Armand Dreifuss, publicada com o título “1964: a conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe” (1981). O livro analisa a participação da sociedade civil, sobretudo a empresarial ou tecnoempresarial, conforme conceito empregado pelo autor, no golpe de 1964 no Brasil:

“um movimento de classe, e não um mero golpe militar”.

Nesse sentido, o pesquisador descreve o evento crítico como síntese de uma estratégia de desestabilização do governo Goulart por uma elite orgânica da burguesia multinacional, formada por militares e civis arregimentados em torno do complexo formado pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e pelo Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD).

O campo educacional e seu Ministério também foram alvo dos tecnoempresários do complexo IPES-IBAD, sobretudo a partir das campanhas de moral e cívica e da desarticulação da UNE através dos prognósticos daquele, estes normatizados pela Lei nº 4.646, conhecida como “Lei Suplicy” (DREIFUSS, 1981, p. 444), e pelas políticas de reforma universitária.

3 Desenvolvimento

Ao longo da década de 1960, uma série de pareceres, leis e decretos moldaram a educação superior brasileira conforme as representações ditatoriais de “segurança nacional e desenvolvimento” instauradas pelo golpe de 1964.

Iniciou-se, pois, um processo centralizado de modernização que, à medida que incrementava o campo acadêmico, também censurava, controlava e vigiava as práticas e as representações universitárias não afinadas com o regime.

As principais leis e decretos que regularam a universidade brasileira entre os anos de 1964 e 1968 foram: 1) Lei nº 4.464, de 09/11/1964, que dispunha sobre os órgãos de representação dos estudantes; 2) Lei nº 4.881-A, de 06/12/1965 – Estatuto do Magistério Superior; 3) Decreto-Lei nº 53, de 18/11/1966, que fixava princípios e normas de organização para as universidades federais; 4) Decreto-Lei nº 228, de 28/02/1967, que reformulava a organização da representação estudantil; 5) Decreto-Lei nº 252, de 28/02/1967, que estabelecia normas complementares ao Decreto-Lei nº 53, de 18/11/1966; 6) Lei nº 5.539, de 27/11/1968, que modificava dispositivos da Lei nº 4.881-A, que dispunha sobre o Estatuto do Magistério Superior; 7) Lei nº 5.540, de 28/11/1968, que fixava normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média.

Nesse âmbito, são igualmente importantes os relatórios e as diretrizes apontadas pelos consultores americanos da United States Agency for International Development (USAID), os relatórios dos militares

Meira Mattos (1913–2007) e Raymundo Moniz Aragão (1912–2001), o relatório do consultor Rudolph Atcon (1921–1995) e o relatório do Grupo de Trabalho da Reforma Universitária (ROSAS, 1992; CUNHA, 2007; LIRA, 2012; MOTTA, 2014a, 2014b).

O conjunto de leis e relatórios citados previam mudanças administrativas e o crescente cerceamento do campo universitário e dos seus corpos sociais. Até 1968, os mecanismos de vigilância e controle social foram sendo aperfeiçoados, sobretudo, com a criação do Serviço Nacional de Informação (SNI) e de outros órgãos de repressão e controle.

É nesse contexto que se insere a criação, a partir de 1970, das Assessorias Especiais de Segurança e Informação (Aesis e ASIs). Essas agências foram criadas para vigiar e para controlar a comunidade universitária (MOTTA, 2014a, 2014b).

Aliás, o caso da prisão, tortura e extradição para a Argentina (sob suspeita de comunismo), em 1962, do professor de teatro da Escola de Belas Artes da Universidade do Recife, Túlio Carella (1912–1979), mostra que, mesmo antes do golpe, a máquina vigilante e repressiva montada por militares e civis já ensaiava seus mecanismos no Nordeste do Brasil (CARELLA, 2011).

Além do mais, não são escassas as narrativas que denunciam a perseguição sofrida pela geração de intelectuais e artistas envolvidos no quadro de renovação educacional e cultural dessa região nos anos 1950 e 1960 (VERAS, 2012). O próprio reitor da UFPE João Alfredo (1898–1971) e a Equipe Paulo Freire (1921–1997) de Extensão foram afastados da Universidade do Recife entre 1964 e 1965 (VERAS, 2012).

Sob o signo do comunismo, professores, estudantes e técnicos administrativos das mais diversas orientações políticas foram expulsos, exonerados, aposentados, presos, torturados e assassinados pelo regime. Essa primeira fase (iniciada oficialmente com o Ato Institucional nº 1) ficou, assim, marcada pelo expurgo dos opositores e pela consolidação dos quadros solícitos ao golpe.

É assim que se compreende a publicação do Parecer nº 106/1964 do Conselho Federal de Educação (CFE), que previa a recomposição imediata das funções de direção e coordenação conforme nomeação do Presidente da República, assim como a responsabilidade da intervenção:

Ainda em 1964, o CFE interveio, por razões diversas, com a nomeação de reitores pro tempore em mais três instituições: Universidade Federal de Pernambuco, Universidade Federal de Goiás e Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (mais tarde Universidade Federal Fluminense). (CUNHA, 2007, p. 43).

Ademais, segundo o mesmo autor, as propostas de modernização da universidade brasileira se basearam, em sua estrutura, no modelo do ensino superior americano – os *colleges*, *graduate* e *teacher's colleges* –, na reforma do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA) e na criação da Universidade de Brasília (UnB).

A reformulação, pela Lei nº 5.539/1968, do Estatuto do Magistério Superior, promulgado três anos antes pela Lei nº 4.881-A/1965, submeteu a prática científica, sobretudo a pós-graduação, ao CFE e elaborou unilateralmente o plano de carreira do corpo docente. A centralização da vida acadêmica por ingerências internas e externas foi uma das marcas da reforma executada.

A reforma de 1968 extinguiu as cátedras em favor da estrutura departamental e do sistema de crédito semestral; modificaria o regime de trabalho para o de tempo integral e dedicação exclusiva; segmentaria a graduação em dois ciclos – básico e profissional; promoveria o ensino e a pesquisa através das pós-graduações; e, finalmente, criaria o Fundo Nacional de Educação (FNDE) por meio da Lei nº 5.537/1968, assim também financiando a criação de novas faculdades públicas e privadas. Sobre o eixo modernizante da reforma, Motta aponta o seguinte quadro de transformação (2014a, p. 57):

Em 1964 havia 23 cursos de pós-graduação no Brasil, enquanto em 1974 eles passaram a quatrocentos; o número de estudantes universitários subiu de 140 mil em 1964 para 1 milhão e 300 mil em 1979; as bolsas de pós-graduação financiadas pelas agências federais (Capes e CNPq) passaram de aproximadamente mil em 1964 para cerca de 10 mil em 1976.

Nada obstante, os primeiros anos de expansão se deram num quadro crescente de precarização, uma vez que, entre 1964 e 1968, as verbas do MEC no orçamento da União caíram de 11% para 7,5% e as universidades federais tiveram uma redução orçamentária de mais de 30% (RIDENTI, 2010).

As políticas de contenção de recursos e de reorganização estavam previstas pelos Decretos-Lei nº 53/1966 e nº 252/1967. Enquanto o primeiro também previa a submissão da vida acadêmica a um órgão central, o último a restringia aos nascentes departamentos.

Já no âmbito político-pedagógico, a estrutura da reforma filiou-se, a partir da influência exercida pelo GT da Reforma Universitária e outros fóruns, ao idealismo alemão e à sua concepção dual de universidade: liberal/autoritária (CUNHA, 2007).

Dentre os adeptos da tradição germânica, se destacam o então professor da UFPE, Newton Supcira, e Roque Maciel Barros, da USP, adeptos dos filósofos da Universidade de Berlim. Dessa doutrina, sobressaem os seguintes traços: messianismo universitário e intervenção do Estado limitando a autonomia universitária.

Nesse sentido, é perceptível que, se o aspecto doutrinário era alemão, por outro lado, o modelo organizacional foi norte-americano.

Da linha administrativa dos EUA se exportaram as seguintes orientações de gestão dos recursos materiais e humanos: 1) organização menos nos produtos profissionais (faculdades) do que nos indutos (departamentos); 2) conhecimento organizado a partir de pequenas unidades chamadas de disciplinas, separadas das matérias correspondentes às cátedras de saber; 3) processo indutivo agregando disciplinas e formando os departamentos (o inverso do processo dedutivo que formava as cátedras) e currículo composto por sistema de contabilidade de créditos.

Assim sendo, é importante perceber que a reforma se vincula também à subordinação da universidade ao capitalismo em seu matiz taylorista: organização e avaliação a partir da produtividade, organização racional do trabalho e das linhas de produção.

Outro importante efeito da ação dos golpistas no campo educacional foi a desorganização do movimento estudantil e das iniciativas extensionistas de educação e de cultura popular.

Estudantes e educadores foram sumariamente expulsos, presos e perseguidos. Os militares buscaram criar entidades paralelas para representar os estudantes, em detrimento da União Nacional dos Estudantes (UNE – denominada nos jornais da época como “ex-UNE” ou extinta UNE).

A Lei Suplicy (Lei nº 4.464/1964) regulamentou o movimento estudantil e contou com amplo apoio dos reitores que compunham o Fórum Universitário.

No geral, a lei separava as figuras de representação estudantil da figura do presidente de entidade estudantil. Além do mais, criava regras eleitorais que consideravam o desempenho escolar e disciplinar do estudante, assim como vetava as ações, as manifestações e as propagandas políticas do movimento.

Os estatutos e as contas das entidades deveriam ser submetidos às autoridades universitárias e educacionais (Congregação, Conselho Departamental, Conselho Universitário ou Conselho Federal de Educação). Conforme a lei, “o diretor de Faculdade ou Escola e o Reitor de Universidade incorrerá em falta grave se, por atos, omissões ou tolerância, permitir ou favorecer o não cumprimento desta lei”.

Nesse quadro, o Decreto Aragão (Decreto-Lei nº 228/1967) revogou a Lei Suplicy e extinguiu as representações estudantis, assim vinculando Diretórios Acadêmicos¹ e Diretórios Centrais de Estudantes diretamente ao MEC e aos fóruns propostos anualmente pelo Ministério. A repressão institucionalizada pelo regime buscou, dessa forma, enquadrar, cooptar e, finalmente, liquidar o movimento estudantil.

Os vetores de ação militar-civil no movimento estudantil estão igualmente presentes no Relatório Meira Mattos, construído em 1968 por uma comissão mista de militares e civis presididos por general homônimo.

Um primeiro ponto a se sublinhar desse documento é a busca por tornar menos morosos os processos burocráticos e licitatórios de repasse de verbas, sobretudo para reformas físicas. Nada obstante, esse dispositivo, ao mesmo tempo em que acelera os processos licitatórios, torna-os menos seguros e mais propícios à improbidade e à corrupção.

O segundo fator a ser grifado são as medidas para aumentar a vigilância e a punição no campo universitário.

Um terceiro diz respeito à sugestão de uniformização da cobrança das anuidades nas IEs públicas. Outras questões importantes apontavam para os estudantes excedentes, o cumprimento do ano letivo, as disparidades de mensalidades, programas e práticas pedagógicas das IEs particulares e, finalmente, o controle do movimento estudantil.

Os relatórios produzidos pelo General Meira Mattos, assim como os produzidos pelos consultores da USAID, por Rudolph Atcon e pelo GT de reforma universitária do MEC, nortearam a lei de reforma uni-

versitária nº 5.540/1968 em suas diretrizes autocráticas e privatizantes. Seus dispositivos visavam, na prática, enxugar e atualizar a máquina educacional, mas também assegurar a vigilância e o controle da comunidade universitária brasileira.

No entanto, essas medidas autoritárias foram acompanhadas pela emergência substancial das forças de oposição pacífica e armada. O pesquisador Marcelo Ridenti mostra que esta oposição era composta por estudantes, trabalhadores urbanos e rurais, professores, profissionais, artistas liberais de todas as camadas sociais, escolaridade, sexo, idade e estados do Brasil (RIDENTI, 2010).

No campo cultural e educacional, as esquerdas resistiram durante todos os anos 1960, e as universidades brasileiras foram um importante espaço de arregimentação contra a ditadura.

Aliás, os agentes universitários de esquerda foram paulatinamente silenciados e substituídos por agentes simpáticos e solícitos ao regime. A partir do AI-5, essa oposição passou a ser liquidada com maior empenho.

Esse processo de expurgo, iniciado em 1964, causou danos irreparáveis ao campo científico e intelectual brasileiro, sobretudo no Nordeste do Brasil, onde foram perseguidos intelectuais em plena atuação, como Celso Furtado, Paulo Freire, Josué de Castro, dentre outros.

As perseguições, os relatórios e as novas normas prepararam o cenário para a execução centralizada da reforma universitária. Aqui faz-se necessária uma breve leitura de seus dispositivos.

A Lei nº 5.540/1968 previa, em seus artigos 1º e 2º, o objetivo do ensino superior – o desenvolvimento das ciências, letras, artes e a formação profissional superior – e a relação entre o ensino e a pesquisa. O artigo 3º estabelecia uma autonomia universitária, embora não existissem as prerrogativas legais que a consolidassem institucionalmente. O artigo 4º definia o regime autárquico para as universidades públicas e o de fundações para instituições privadas. Os artigos 5º, 6º e 7º submetiam os estatutos universitários, assim como a criação e o funcionamento de faculdades privadas, ao CFE. O artigo 8º recomendava a formação, no âmbito da educação superior, de universidades ou das federações de escolas superiores. O artigo 9º definia as atribuições do Conselho Universitário sem listar seus planos e metodologias (o tecnicismo

1 Em São Paulo houve uma oposição dos antigos Centros Acadêmicos à ideia de DA imposta pelo regime.

que norteou a reforma justificava o paulatino cerceamento do campo acadêmico). Os artigos 10, 11 e 12 definiam as características organizacionais da universidade e do departamento como seu microcosmo. Os artigos 13, 14 e 15 estabeleciam órgãos e medidas de supervisão, controle e ingerência nos fóruns deliberativos da universidade, assim como a participação do empresariado na gestão financeira da instituição. O artigo 16 definia os mecanismos indiretos e não participativos de nomeação dos reitores e diretores. Os artigos 17, 18 e 20 definiam e descreviam os cursos superiores a serem ofertados como cursos de graduação, pós-graduação, especialização e extensão. O artigo 21 unificava os vestibulares e os tornava classificatórios. O artigo 23 vinculava os cursos profissionais às condicionantes do mercado de trabalho. Os artigos 24 e 26 submetiam os cursos de pós-graduação e graduação ao CFE (os artigos 44, 46 e 47 reforçavam o poder do CFE). O artigo 27 versava sobre os diplomas e o 29, sobre obrigatoriedade da frequência para professores e estudantes. O artigo 30 estabelecia a educação superior na formação de professores e administradores escolares. Os artigos 31, 32, 33, 34, 35, 36 e 37 versavam sobre o corpo docente em seu regime (dedicação exclusiva), atividades (ensino, pesquisa, administração escolar), cargos, funções, formação, aperfeiçoamento, contrato e exclusão. Os artigos 38, 39, 40 e 41 regiam sobre o corpo discente, encaminhando a criação de entidades estudantis cooptadas e da monitoria escolar. As “disposições gerais” abrangiam do artigo 42 ao 51 e, mais uma vez, reforçavam o papel do CFE no que concerne à criação, ao reconhecimento, ao funcionamento, à expedição de diplomas, à contratação, etc. Boa parte dos artigos das “disposições transitórias” (do artigo 52 ao 59) foram vetados, embora dois deles recomendassem a reorganização das universidades rurais, tendo em vista a prática do ensino e da pesquisa.

Para pensar como os corpos universitários se apropriaram do debate da reforma universitária, será analisada uma série de artigos sobre o tema, publicados na revista de cultura da UFPE entre 1966 e 1969.

A revista *Estudos Universitários*, criada pelo educador Paulo Freire, pelo então reitor João Alfredo e pelo crítico Luiz Costa Lima em 1962, reuniu, ao longo dos anos 1960, importantes publicações sobre a reforma universitária. Esses estudos ficaram marcados, em sua primeira fase (1962–1964), por uma proposta de universidade popular vinculada ao nascente siste-

ma Paulo Freire de educação, que foi interrompido pelas perseguições aos seus proponentes por ocasião do golpe de 1964 (VERAS, 2012).

De volta ao prelo em 1966, os novos produtores da revista de cultura da UFPE, que ocuparam o lugar dos antigos produtores após o expurgo articulado pelos golpistas, retomaram o tema da reforma universitária, pautados, dessa vez, numa abordagem tecnicista e desenvolvimentista afinada com a ditadura em vigor.

As parcerias MEC/USAID firmadas nesses anos consagraram, a partir das práticas de cooperação técnica, assistência financeira e outros serviços terceirizados, uma reforma educacional ajustada aos ideais de eficiência e produtividade.

Dessa forma, o consultor da USAID, Jonh M. Hunter, então professor de Economia da Michigan State University, EUA, assina o ensaio “A Universidade-Fundação: uma caixa de Pandora”, publicado em 1967.

O cientista debate as virtualidades da fundação e do financiamento público-privado como modelo de organização e gestão universitária. Assim, defende um regime de trabalho fora da égide do serviço público e submetido aos critérios de competência e de produtividade, conforme exemplos das fundações americanas.

A mudança para o sistema de fundação permitiria, pois, flexibilizar as relações de trabalho e o processo de recrutamento conforme um modelo privado de instituição. Desse modo, o consultor da USAID aponta critérios de avaliação de desempenho para a fixação e a dispensa de professores considerando as atividades acadêmicas.

Ademais, o consultor sugere um modelo meritocrático de promoção na carreira, em detrimento da progressão por tempo de serviço (plano de carreira e sistema de recompensa – “aumento por mérito”).

O problema da liberdade de cátedra e da autonomia acadêmica é questionado enquanto “licença total”; assim, sugere-se a liberdade limitada por critérios específicos de produtividade.

O mesmo pode ser dito sobre a estabilidade profissional, que deve ser igualmente limitada conforme os interesses da instituição e o desempenho do professor.

Ainda na mesma revista, encontra-se o artigo “A reestruturação das universidades federais”, de Newton Sucupira, então professor catedrático de História e Filosofia da Educação da UFPE, membro

do CFE e, na época, diretor da revista *Estudos Universitários*.

O professor se destacou como importante pesquisador e articulador da reforma nos anos de chumbo. Era, então, um dos membros mais influentes do Conselho Federal de Educação e esteve à frente do GT da Reforma Universitária que proporia o projeto de lei do qual se originaria a Lei nº 5.540/1968.

No ensaio, a universidade é pensada como uma “verdadeira empresa”:

há de racionalizar seu processo de produção para atingir o mais alto grau de eficiência e produtividade [...] não pode fugir ao imperativo de racionalização que é uma das características maiores da sociedade industrial. (SUCUPIRA, 1967, p. 6).

Apesar disso, Sucupira se mostra ciente dos limites de uma reforma de cima para baixo:

contra a presente reestruturação têm surgido várias objeções, seja do ponto de vista de uma ideologia da reforma, seja por ter sido imposta por decreto, seja quanto aos seus princípios. (SUCUPIRA, 1967, p. 8).

Mesmo assim, o traço político da reforma é pensado sempre na ordem dos imperativos estruturais e técnico-pedagógicos ditados pela industrialização. Nesse sentido, o autor invoca inclusive uma suposta “extinta UNE” e como parte de seu pleito se encontrava contemplado pelos já analisados decretos-leis nº 53/1966 e nº 252/1967.

Em outra frente, o professor argumenta em defesa da contratação de consultores estrangeiros para pensar a reforma universitária:

a universidade brasileira terá de recorrer inevitavelmente a modelos estrangeiros para a sua estruturação [...] toda a questão está em que o modelo não seja objeto de pura cópia [...] Como já se tem, justamente, afirmado, não possuímos verdadeira tradição universitária a defender e a preservar. (SUCUPIRA, 1967, p. 12).

Assim, compreende-se que os mesmos argumentos que, no início dos anos 1960, justificaram as reivindicações por uma universidade popular passam a justificar uma reforma tecnocrática:

era o problema de transformar uma federação de faculdades profissionais numa universidade, funcionalmente integrada e estruturalmente orgânica, destinada, ao mesmo tempo, à investigação científica, à formação e difusão da cultura e à preparação técnico-profissional amplamente diversificada para satisfazer um mercado de trabalho que se diferencia cada vez mais. (SUCUPIRA, 1967, p. 16).

Essa busca por soluções ao longo dos anos 1960 passou pela criação da UnB, dos institutos especializados – estes supostamente comprometidos pela ingerência das cátedras – e dos institutos centrais, substituindo as antigas Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras.

No geral, as cátedras e os catedráticos são apontados como principais responsáveis pela inércia que retarda a necessária reforma da universidade brasileira.

A preocupação passa duplamente por um processo de reforma que expanda a universidade brasileira e pela torção da estrutura universitária em favor das forças produtivas do país. “Flexibilidade” é, assim, a palavra de ordem da proposta de reforma universitária apresentada pelo membro do CFE.

A história econômica do Brasil nos anos 1970-90 demonstra o significado, para a classe trabalhadora, da palavra “flexibilidade”: precarização do trabalho, desestruturação dos planos de carreira, arrocho salarial, assédio moral, programas de demissão voluntária, etc.

Sucupira, nada obstante, traça os objetivos da reforma: não duplicação de meios para fins idênticos; integração entre ensino e pesquisa; centro comum para estudos básicos; unidades próprias para o ensino profissional e aplicado; criação de órgãos inter-scolares, órgãos setoriais e órgãos de coordenação central; extinção das cátedras e criação dos departamentos.

De fato, os pontos que remetem à educação popular e à extensão universitária, esboçados no início dos anos 1960, não possuem espaço no presente projeto de reforma universitária.

Esse silêncio ou censura para os debates ditos “ideológicos” é parte de uma reforma cujo objetivo primário é

racionalizar a organização das atividades universitárias, conferindo-lhe maior eficiência e produtividade [...] que exigem soluções técnicas

específicas, independente do enquadramento ideológico (SUCUPIRA, 1967, p. 21).

No ano seguinte, foi publicado na revista *Estudos Universitários* o ensaio “Situação e necessidades da educação e sentido da ajuda educacional na América Latina” (QUIRINO, 1968).

Como nos artigos anteriores, a educação é pensada em relação aos imperativos da economia e dos seus setores. Há uma defesa dos cursos de ciências técnicas e tecnológicas em detrimento das humanidades.

Mais uma vez, o problema da universidade brasileira é atribuído às cátedras vitalícias e à tradição pedagógica defasada, conforme o senso comum da época.

Por outro lado, o autor constata que esses problemas são de difícil resolução, uma vez que os técnicos do planejamento determinavam o emprego de apenas 5 ou 6% do Produto Nacional Bruto para a educação.

Suas soluções aparecem em consonância com aquelas contidas nos dois artigos aqui anteriormente analisados, assim como com as diretrizes dadas pelos consultores da USAID, pelo relatório Atcon, por Meira Mattos e pelas formulações do CFE: financiamento para a educação pública e privada, fim da gratuidade do ensino superior, capacitação dos professores conforme imperativos da sociedade industrial, tempo integral e estímulo à pesquisa.

Há, pois, uma real preocupação em traduzir um mundo acadêmico, outrora ditado por um saber bacharelesco, para a língua oficial da nova ordem mundial capitalista: a economia.

Encontra-se também publicada no volume seguinte da *Estudos Universitários* a introdução ao relatório do GT da Reforma Universitária, de autoria de Newton Sucupira, que orientou o projeto e o corpo da lei de reforma universitária nº 5.540/1968 (SUCUPIRA, 1969a).

O conselheiro federal de educação destaca novamente os imperativos de uma reforma pautada nas seguintes máximas:

eficiência, modernização, flexibilidade administrativa [...] que permitam racionalizar a organização das atividades universitárias, conferindo-lhe maior eficiência e produtividade. (SUCUPIRA, 1969a, p. 169).

Aliás, a universidade é pensada, segundo a tradição idealista alemã, enquanto “obra do espírito” (“poder espiritual” e “magistratura do espírito”) e seu desafio nos anos 1960 seria conciliar a educação de massa, numa tradição mais afinada com a tradição americana, com a ciência enquanto “mais alta cultura de um povo” (SUCUPIRA, 1969a, p. 170). A reforma universitária é, nesse sentido, articulada com os interesses do Estado (autoritário) que a mantém, assim como da nascente comunidade industrial e urbana que a compõe.

Embora a universidade seja apontada como locus privilegiado de tensão e de transformação histórica, logo é repensada como máquina de “conciliação” entre as gerações: “nesta perspectiva [...] se justifica e, mesmo, se impõe a ação estimuladora e disciplinadora do Estado” (SUCUPIRA, 1969a, p. 171).

O catedrático membro do CFE sublinha a importância do movimento estudantil no que tange ao tema em questão:

o movimento estudantil, quaisquer que sejam os elementos ideológicos e políticos nele implicados, teve o mérito de propiciar uma tomada de consciência nacional do problema e um despertar enérgico do senso de responsabilidade coletiva. (SUCUPIRA, 1969a, p. 171).

A reforma é pensada menos em seus conteúdos político-pedagógicos do que em sua dimensão “técnica específica”. A expansão desordenada a partir da reunião de escolas e faculdades e suas velhas tradições político-pedagógicas é novamente apontada como um antecedente que precisa ser superado, assim fazendo da Universidade um dos “fatores essenciais” (p. 173-174) para o desenvolvimento. Ignora-se, por outro lado, a expansão menos qualitativa do que quantitativa acionada por militares e empresários.

Ao longo do artigo, as concepções idealistas de universidade cedem espaço a uma concepção tecnoempresarial, como se pode observar nesta passagem:

Do primeiro ponto-de-vista, a reforma tem objetivos práticos e visa a conferir ao sistema universitário uma espécie de racionalidade instrumental em termos de eficiência técnico-profissional que tem por consequência o aumento da produtividade dos sistemas econômicos (SUCUPIRA, 1969a, p. 174).

O último ensaio que aqui será analisado é também assinado por Newton Sucupira: “Da Faculdade de Filosofia à Faculdade de Educação” (SUCUPIRA, 1969b). O estudo busca justificar a extinção das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) e a criação das Faculdades de Educação.

Segundo o educador, as FFCL objetivavam dar uma formação geral, licenciar professores e fomentar a prática científica. Ao longo do trabalho, o autor se apropria das críticas formuladas por outros membros do CFE (como o professor Valnir Chagas) para defender que as FFCL não conseguiram consolidar seus objetivos.

O surgimento da Faculdade de Economia e Ciências Sociais e da universidade americana é apresentado, neste prisma, como evolução do ideal de universidade alemã.

A criação, nos anos 1930, das FFCL no Brasil é vista, dessa forma, como um anacronismo, e seus ideais são postos como impossíveis diante da fragmentação científica e da ausência de tradição universitária nos trópicos.

Os *colleges* e as *graduate schools* são mais uma vez apontados como a opção que deveria orientar a expansão universitária brasileira. Para o autor, a inexperiência universitária somada à precariedade estrutural, à ausência de laboratórios e bibliotecas, à má formação do corpo docente, dentre outros problemas, contribuíram para que as FFCL ofertassem cursos de baixa qualidade ou os ditos “cursos fáceis”.

O autor defende, ainda, que as FFCL falharam quanto à integração universitária e que, sob seu ponto de vista, a reforma de 1968 acertou ao promover a integração a partir de institutos centrais, com seu sistema comum de ensino básico.

O ocaso das FFCL enseja os argumentos em defesa das faculdades de educação: 1) estudo científico da educação; 2) função sociológica e econômica da educação e das pesquisas relacionadas ao tema; 3) formação científica do educador profissional.

Na prática, percebe-se hoje que o fim das FFCL segmentou o espírito crítico próprio às ciências humanas das demais áreas de saber, assim como ampliou o isolamento dos pedagogos e de seus estudos no campo universitário. Além disso, os institutos centrais também não foram bem sucedidos na integração universitária.

Todos os artigos aqui estudados e publicados na *Estudos Universitários* entre 1966 e 1969 buscaram,

portanto, justificar a reforma universitária conduzida pela ditadura militar-civil.

A revista, cuja primeira fase fora marcada pela pedagogia de Paulo Freire e pelos debates em torno da educação e da cultura popular, tornou-se, com a expulsão dos seus primeiros produtores, um espaço de arregimentação das propostas educacionais defendidas pelo regime ditatorial.

Aliás, muitas vezes os argumentos científicos produzidos por pesquisadores perseguidos, afastados e exilados pelo regime são utilizados para reforçar pontos consensuais da reforma. Neste prisma, citam-se Florestan Fernandes, Darcy Ribeiro, Anísio Teixeira e Durmeval Trigueiro. Todos esses intelectuais e professores foram perseguidos por suas posições progressistas em defesa da educação pública e das instituições democráticas.

A bibliografia citada sublinha que a reforma, no geral, não foi eficiente em sua missão de ampliar a oferta de vagas no ensino superior público. Pelo contrário, observa-se o crescimento das faculdades privadas e dos pré-vestibulares em detrimento da escola pública. Por outro lado, há uma crescente expansão das pós-graduações no campo universitário.

A implantação de um modelo tecnicista e racionalista serviu menos ao crescimento da produtividade e da eficiência da universidade brasileira do que à consagração de agentes simpáticos ao regime, aliás, muitas vezes pouco afeitos ao ensino, à pesquisa e à vida acadêmica no geral.

Por outro lado, ao longo dos anos de 1964 a 1968, não houve articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão, primeiramente porque a pesquisa e a extensão ainda não estavam devidamente institucionalizadas na vida universitária, e as antigas escolas reunidas sob o brasão da universidade não as exercitavam sistematicamente.

Em segundo lugar, porque o golpe buscou liquidar as experiências de extensão promovidas por educadores, por estudantes e pelos movimentos de educação e cultura popular – como no caso do Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife, coordenado por Paulo Freire entre 1962 e 1964 (VERAS, 2012).

Embora houvesse dispositivos normativos que ligassem o ensino à pesquisa (o mesmo não pode ser dito da extensão), as universidades não dispunham de salas, de bibliotecas, de laboratórios e de profissionais qualificados para a prática sistemática de pesquisa.

A concepção de universidade instituída pela Lei nº 5.540/1968 estabelece como objetivo da educação superior “a pesquisa, o desenvolvimento das ciências, letras e artes e a formação de profissionais de nível universitário” e reafirma doravante a indissociabilidade entre o ensino e a pesquisa.

Já a atividade de extensão é apenas mencionada brevemente no artigo 20 (“As universidades e os estabelecimentos isolados de ensino superior estenderão à comunidade, sob a forma de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e os resultados da pesquisa que lhes são inerentes”), no artigo 25 (“Os cursos de especialização, aperfeiçoamento, extensão e outros serão ministrados de acordo com os planos traçados e aprovados pelas universidades e pelos estabelecimentos isolados”) e na alínea “a” do artigo 40 (“por meio de suas atividades de extensão, proporcionarão aos corpos discentes oportunidades de participação em programas de melhoria das condições de vida da comunidade e no processo geral do desenvolvimento”).

No caso específico da Universidade do Recife, há a criação do Seminário de Tropicologia por sugestão de Gilberto Freyre (em parceria com o então Instituto Joaquim Nabuco, atualmente Fundação – 1965) e a transformação do antigo Serviço de Extensão Cultural em Departamento de Extensão Cultural e Acadêmica (responsável pela revista *Estudos Universitários*, pela rádio, pela TV universitária e por outras iniciativas).

No entanto, a práxis extensionista emancipatória do início dos anos 1960 é convertida, a partir do golpe, em aparelho de captura e cooptação do regime. O pilar da extensão universitária se consolida, pois, como dispositivo de sublimação da subversão estudantil e comunitária. O Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária (Crutacs) e o Projeto Rondon foram dois empreendimentos nessa linha assistencialista e arrefecedora.

Os relatórios de reforma universitária de Rudolph Atcon (1965) promoveram a expansão dos Crutacs. Os Crutacs se inspiraram nos projetos americanos Rita ou Asimov e nos Peace Corps (CUNHA, 2007), estes últimos denunciados desde o início dos anos 1960 por espionagem política para a CIA. Essas ações se organizavam como operações militares de cunho assistencialista, de ação não sistemática e descontínua e de sedimentação do regime.

4 Considerações finais

A análise das fontes primárias e secundárias sublinhou que o processo de reforma universitária operado ao longo dos anos 1964–1968, embora tenha concretizado antigas reivindicações dos educadores e do movimento estudantil – como o fim do regime de cátedras, o tempo integral e o regime de dedicação exclusiva –, ficou marcado por traços autocráticos e tecnicistas que visavam modernizar o ensino superior sem mudar a ordem do poder estabelecida pelo golpe de 1964.

Aliás, suas ações efetuarão um expurgo dos agentes universitários não sintonizados com o regime e, na prática, ampliaram os instrumentos de controle, vigilância e punição da comunidade universitária. Seus dispositivos igualmente favoreceram a expansão da escola privada em detrimento da escola pública.

A reforma técnica específica se deu igualmente em detrimento dos problemas político-pedagógicos da comunidade universitária.

A indissociabilidade entre o ensino e a pesquisa era inexistente, e mesmo após sua normatização, através da Lei nº 5.540/1968, foi precariamente praticada. A extensão foi utilizada como dispositivo de cooptação e era marcadamente assistencialista e arrefecedora das transformações sociais.

Foi possível perceber também a resistência do movimento estudantil diante da eliminação gradual dos agentes universitários contrários à ditadura. Suas reivindicações asseguraram a gratuidade do ensino superior público – tão criticada pelos tecnoempresários do regime (DREIFUSS, 1981) –, a oferta de novos cursos e vagas, bem como as denúncias da ditadura.

Para concluir, analisaram-se os artigos publicados na revista *Estudos Universitários* por agentes da reforma universitária, detalhando-se, assim, aspectos do debate em torno da reestruturação e do papel de seus articuladores para sua execução em âmbito nacional e regional.

As vivências da educação como prática da liberdade, lideradas por Paulo Freire e pelo reitor João Alfredo da antiga Universidade do Recife, são substituídas por um modelo de educação sintonizado com a ditadura em vigor e com seus ideais de desenvolvimento e controle.

No geral, percebe-se que a reestruturação universitária favoreceu práticas educacionais centralizadoras, tecnicistas e privatizantes em detrimento das

orientações democráticas, públicas e emancipatórias pautadas por educadores e movimentos sociais que faziam oposição pacífica ao regime.

REFERÊNCIAS

- CARELLA, Tulio. **Orgia** – Os diários de Tulio Carella, Recife 1960. São Paulo: Opera Prima, 2011.
- COELHO, Fernando Vasconcelos. **Direita, volver: o golpe de 1964 em Pernambuco**. Recife: Bagaço, 2004.
- CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade reformada: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior**. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2007.
- DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.
- FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. N. (Org.). **O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática. Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- FICO, Carlos. **Além do Golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar**. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- _____. **O grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- FIGUEIREDO, Argelina C. **Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política de 1961–1964**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- GOMES, Angela de Castro; FERREIRA, Jorge. **1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- HUNTER, Jonh M. A Universidade-Fundação: uma caixa de pandora. **Estudos Universitários: revista de cultura da UFPE**, Recife, v. 4, p. 23-42, 1967.
- LIRA, Alexandre Tavares do Nascimento. As bases da Reforma Universitária da ditadura militar no Brasil. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH-RIO, 15., 2012, São Gonçalo. **Anais...** São Gonçalo: ANPUH-RIO, 2012.
- MONTENEGRO, Antonio Torres. **História, metodologia, memória**. São Paulo: Contexto, 2010.
- _____. **Trabalhadores rurais e justiça do trabalho em tempos de regime civil-militar**. In: GOMES, Angela de Castro; SILVA, Fernando Teixeira da (Org.). **A justiça do trabalho e sua história: o direito dos trabalhadores no Brasil**. Campinas: UNICAMP, 2013.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A modernização autoritária-conservadora nas universidades e a influência da cultura política. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). **A ditadura que mudou o Brasil. 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014a.
- _____. **As universidades e o regime militar**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014b.
- QUIRINO, Tarcísio Rego. Situação e necessidades da educação e sentido da ajuda educacional na América Latina. **Estudos Universitários: revista de cultura da UFPE**. Recife, v. 8, p. 141-156, 1968.
- REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). **O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)**. Bauru (SP): Edusc, 2004.
- REIS, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil**. Do golpe de 1964 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- RIDENTI, Marcelo. **Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV**. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2000.
- _____. **O fantasma da revolução brasileira**. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2010.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- ROSAS, Paulo. **Para compreender a educação superior brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- SIMPÓSIO sobre o problema universitário. Recife: Imprensa Universitária, 1965.
- SCHWARZ, Roberto. **O pai de família e outros estudos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- SUCUPIRA, Newton. A reestruturação das Universidades Federais. **Estudos Universitários: revista de cultura da UFPE**, Recife, v. 4, p. 5-22, 1967.

_____. Concepção de reforma universitária.

Estudos Universitários: revista de cultura da UFPE, Recife, v. 9, p. 169-176, 1969a.

_____. Da Faculdade de Filosofia à Faculdade de Educação. **Estudos Universitários:** revista de cultura da UFPE, Recife, v. 9, p. 5-30, 1969b.

VERAS, Dimas Brasileiro; MENDONÇA, Djanyse Barros de Arruda. Educação popular e reforma universitária: Paulo Freire e a criação do Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife (1962-1964). **Estudos Universitários:** revista de cultura da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, v. 24/25, n. 5/6, p. 11-22, dez. 2004/2005.

VERAS, Dimas Brasileiro. **Sociabilidades letradas no Recife:** a revista Estudos Universitários (1962-1964). Recife: UFPE, 2012.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à PRPIPG/IFPB pela bolsa de pesquisador concedida para realização dessa pesquisa.